

# Por que falar em contabilidade de carbono<sup>1</sup>

Clarissa Lins<sup>2</sup>

Embora o tema possa parecer árido, é crítico para estabelecer as bases de uma economia de baixo carbono. Como é usual falar no mundo dos negócios, só se gerencia o que se mede. Assim, mensurar adequadamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE) é uma etapa essencial para avaliar o impacto das atividades antrópicas sobre o clima e atuar a respeito.

Países, cidades e empresas já calculam e reportam periodicamente suas emissões com base em diferentes metodologias. Países utilizam mais comumente as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças do Clima (IPCC), as quais têm sido aprimoradas desde a primeira edição em 1994. Já empresas baseiam-se em normas da ISO, no GHG Protocol - o qual data de 2001 -, bem como em análises de ciclo de vida.

Pode-se dizer, portanto, que metodologias para aferir emissões de GEE têm sido testadas e aprimoradas nos últimos 30 anos, um período bem inferior aos quase 90 anos de padrões de contabilidade financeira.

O aperfeiçoamento da mensuração permite entender os maiores fatores de emissão de cada país, empresa ou produto, estabelecer metas de redução e atrair investimentos em tecnologias de menor intensidade de carbono.

Tendo isso em vista, o G7, o G20 e os países que compõem o Brics incluíram o tópico em suas reuniões de cúpula mais recentes, ilustrando que o tema vai hoje além da agenda climática. Quando um país ou região estabelece um mecanismo de taxação na fronteira com base na intensidade de carbono dos produtos importados, como é o caso do CBAM imposto pela União Europeia, fica evidente que o fluxo de comércio e a competitividade dos produtos passam a ser influenciados pelo perfil de emissões.

Assim, se há de um lado um momentum positivo com a maior demanda por informações a respeito do perfil de emissões de países e empresas, evidencia-se também uma falta de padronização entre as diversas metodologias existentes. Embora compreensível tendo em vista a novidade do tema, é oportuno trabalhar no sentido de buscar maior harmonização e padronização global na mensuração das emissões de carbono. Neste sentido, a Presidência da COP30 incluiu a contabilidade de carbono como um dos temas transversais prioritários de sua Agenda de Ação.

O mundo convive hoje com diversas abordagens que não são necessariamente compatíveis entre si, o que dificulta a comparação dos dados e pode gerar inconsistências. Elementos como uso de estimativas ao invés de apuração primária, dupla contagem quando se inclui a cadeia de valor, ou ainda utilização de fatores de emissão que são aplicados a uma região, mas que não correspondem à realidade específica de um país, são comumente apontados como exemplos de inconsistências.

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/por-que-falar-em-contabilidade-de-carbono.ghtml> Acessado em 11.08.2025

<sup>2</sup> economista e sócia fundadora da Catavento Consultoria.

Quando aplicadas para calcular a emissão de carbono por unidade de produto, tais discrepâncias inibem o desenvolvimento de mercados que diferenciem bens pela sua intensidade de emissão. Adicionalmente, a incompatibilidade de abordagens e metodologias adiciona custos às empresas que precisam recorrer a diferentes certificadoras para atestarem suas pegadas de carbono junto aos clientes, prejudicando em especial companhias de países em desenvolvimento que não dispõem dos mesmos recursos para lidar com os gastos de sistemas de medição, relato e verificação (MRV).

Sem a confiança na qualidade dos dados, governos não conseguem articular políticas públicas robustas

Assim, pode-se arguir que uma contabilidade de carbono confiável, transparente e rastreável é condição sine qua non para o estabelecimento de uma economia de baixo carbono. Sem a confiança necessária na qualidade dos dados, governos não conseguem articular políticas públicas robustas, nem empresas são capazes de justificar investimentos em baixo carbono.

Dentre as vantagens de se ter um sistema confiável e robusto de contabilização, destacam-se a possibilidade de atribuir green premium aos produtos de menor intensidade de carbono, influenciar o comportamento de consumidores em suas decisões de compra, bem como viabilizar o comércio global de bens de acordo com sua pegada de carbono.

Uma aplicação clara de maior robustez diz respeito aos mercados de carbono. À medida que estes, sejam os regulados, voluntários ou globais, ganham impulso, há clara necessidade de aprimorar a harmonização de definições e diretrizes contábeis de remoção e emissão evitada de carbono. Ter regras acordadas sobre a forma como tais atividades são mensuradas, verificadas e contabilizadas nos inventários de emissões é fundamental para alavancar a demanda e a oferta de créditos de carbono que tenham integridade ambiental.

Diversas iniciativas setoriais já contribuem para o aprimoramento do tema. Por exemplo, a pedido da presidência alemã do G7 em 2022, a Agência Internacional de Energia (IEA) propôs níveis para a intensidade de emissões de baixo carbono para as indústrias de aço e cimento, os quais foram adotados pelo Climate Club, uma plataforma de 46 países-membros cujo objetivo é estimular a descarbonização de indústrias pesadas.

Há também iniciativas voluntárias que buscam fomentar a demanda por produtos de baixo carbono, tais como a First Movers Coalition, abrigada no Fórum Econômico Mundial (WEF), reforçando a importância de se ter definição crível para o nível de intensidade de emissões.

Adicionalmente, a Presidência brasileira do G20 em 2024 encomendou um estudo à IEA para definir padrões de mensuração e critérios de intensidade de emissões para combustíveis sustentáveis. Tal iniciativa é fundamental para aumentar a aceitação dos atributos climáticos da produção brasileira de biocombustíveis e, com isso, apoiar nossos produtos no alcance de mercados globais.

Neste contexto, a COP30 representa uma oportunidade única de sedimentar a importância crescente do tema. Considerando a necessidade de harmonização e o ensejo de aumentar a credibilidade das diferentes abordagens, propõe-se um conjunto de ações à Presidência que visem: (i) estabelecer um compromisso global com relação aos objetivos a serem atingidos em termos de qualidade de dados, definições e escopo de mensuração de emissões; (ii) reconhecer a necessidade de regras claras para o aprimoramento de um sistema global de contabilidade de carbono de forma a impulsionar mercados de produtos de baixo carbono; (iii) apontar um painel independente de especialistas com mandato claro para propor soluções inovadoras para os desafios existentes em um período de até três anos.